

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇA ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 01/2013**

Período: 02/02/2013 – 08/02/2013

GEDES – Brasil

- 1- Pesquisadores apresentam livro sobre termos secretos usados no regime militar
- 2- Aeronaves da FAB auxiliaram no transporte das vítimas do incêndio em boate de Santa Maria
- 3- Documento atesta prisão de ex-deputado no regime militar
- 4- Jornal aponta divergências na Comissão da Verdade sobre forma de divulgação dos trabalhos
- 5- Regime militar ordenara sigilo sobre casos de violação aos direitos humanos
- 6- Militares brasileiros retornam à Antártica
- 7- Serão investidos R\$ 40 milhões em defesa cibernética para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo

1- Pesquisadores apresentam livro sobre termos secretos usados no regime militar

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, três pesquisadores do Arquivo Nacional, em Brasília – Vivien Ishaq, Pablo Endrico Franco e Tereza Eleutério de Sousa –, organizaram um livro com centenas de verbetes utilizados durante o regime militar (1964-1985) pelos militares e pelos opositores do regime. Os códigos e siglas foram selecionados com base nos documentos produzidos por órgãos como o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa), a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar (CGIPM), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e, principalmente, o Serviço Nacional de Informações (SNI). Na apresentação do livro, intitulado “A escrita da repressão e da subversão”, o diretor do Arquivo Nacional, Jaime Antunes da Silva, afirmou que os termos presentes nos documentos explicitavam estratégias e comunicavam conceitos que só faziam sentido para os protagonistas e que, além disso, esses documentos “revelam-se fontes inestimáveis de pesquisas, não apenas do vocabulário das forças de repressão, mas das práticas cotidianas dos agentes de serviços secretos e da estrutura do trabalho da espionagem”. Segundo o jornal, os documentos pesquisados contém ainda códigos utilizados pelos esquerdistas da época, muitos oriundos de materiais apreendidos em esconderijos, conhecidos como ‘aparelhos’. (*Correio Braziliense* – 03/02/13)

2- Aeronaves da FAB auxiliaram no transporte das vítimas do incêndio em boate de Santa Maria

Conforme publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) foi empregada no transporte de feridos em estado grave – por ocasião do incêndio em uma boate na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul (RS), dia 27/01/13 – para hospitais da região metropolitana da cidade de Porto Alegre (RS). O capitão-aviador da FAB, comandante José Ricardo Schwarz, afirmou ter feito quatro viagens com o avião cargueiro Amazonas C-105 para transportar 25 pacientes em estado grave de Santa Maria até o

aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre (RS), entre os dias 27/01/13 e 29/02/13. Segundo Schwarz, a aeronave que partiu da base aérea de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul (MS), se transformou em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) ao transportar os feridos. Ainda de acordo com o *Estado*, aeronaves da FAB de menor porte, como Cessna Caravans, Bandeirantes da Embraer e helicópteros, também foram utilizadas para o transporte rápido de feridos de Santa Maria para hospitais de Porto Alegre e para a cidade de Canoas, na região metropolitana da capital gaúcha. (O Estado de S. Paulo – Cidades/Metrópole – 03/02/13)

3- Documento atesta prisão de ex-deputado no regime militar

Segundo noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 04/02/13, e pelos jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 05/02/13, foi encontrado no Arquivo Nacional, em Brasília, documento que relata a prisão do ex-deputado Rubens Beirodt Paiva, desaparecido em 1971, durante o regime militar (1964-1985). O Informe nº 70 do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do Rio de Janeiro, datado de 25/01/71, menciona que Paiva foi “localizado, detido e levado para o QG da 3ª Zona Aérea” por agentes do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) e, em seguida, transferido para o DOI-Codi. No documento, classificado como “confidencial”, consta que o Cisa recebeu ordens para revistar um avião da Varig, procedente da cidade de Santiago, no Chile, que estava no aeroporto do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 20/01/71. Na ocasião, foram detidas Cecília Viveiros de Castro e Marilene de Lima Corona, ambas parentes do brasileiro exilado Luiz Rodolfo Viveiros de Castro, que traziam correspondências de exilados políticos em Santiago que deveriam ser entregues “a um senhor por nome Rubens”, que, por sua vez, entregaria as cartas aos respectivos destinatários. Marilene Corona teria informado aos militares o número de telefone pelo qual contataria Paiva, levando-os à localização da residência e à sua prisão no mesmo dia. Esse fato já fora relatado por testemunhas, porém, não contava com confirmação oficial por documentos. De acordo com a *Folha*, uma lista dos pertences pessoais de Rubens Paiva, encontrada na residência do coronel da reserva do Exército, Júlio Miguel Molinas Dias, assassinado no mês de novembro de 2012, na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul (RS), era a única prova documental de que o ex-deputado estivera em alguma unidade militar até então. O documento foi encontrado por Jason Tércio, autor de uma nova biografia do ex-deputado a ser lançada. Segundo relatos de testemunhas, Paiva morreu sob tortura. A versão dada pelo Exército é a de que Paiva fugiu em um resgate quando foi levado para reconhecer uma casa no subúrbio do Rio de Janeiro e, desde então, estivera foragido. O coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Cláudio Fonteles, afirmou que serão revelados novos documentos sobre o caso em breve. Foi noticiado pelos periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 04/02/13, o coordenador da Comissão da Verdade tornou público um documento, escrito por ele mesmo, no qual analisa arquivos sobre o caso do ex-deputado. Segundo o *Correio*, baseado em um depoimento do médico Amílcar Lobo, que afirmou ter atendido Paiva, Fonteles indicou que o ex-deputado teria sido torturado e assassinado nas dependências do DOI-Codi do

Rio de Janeiro. Lobo afirmou que, quando atendeu Paiva, ele estava com hemorragias e aconselhou que fosse hospitalizado, porém, no outro dia, recebera a notícia de que o ex-deputado havia morrido. Os papéis citam nomes de dois militares que, segundo Fonteles, tiveram contato com objetos e documentos do deputado: o major Belham, que teria recebido dois cadernos de anotações de Paiva, e o capitão Santabaia, que teria retirado os documentos do carro do político. Apesar da Comissão da Verdade não ter o poder de punir, tentará localizar os dois militares citados por Fonteles. Segundo a *Folha*, além do Informe No. 70, os depoimentos de Lobo e de uma professora que teria sido presa junto com Paiva também desmentiram a fuga do ex-deputado. O relatório de Fonteles, entretanto, não esclareceu o autor do assassinato nem o destino do corpo. De acordo com *O Estado* e a *Folha*, durante uma homenagem prestada à Comissão no Ministério da Educação no dia 05/02/13, Fonteles afirmou que dois militares da equipe do DOI-Codi do 1º Exército, supostamente envolvidos no incidente, estariam vivos e poderão ser convocados a depor à Comissão. Segundo ele, os militares não podem se negar a comparecer, porque isso configuraria crime de desobediência, e também pois, como se trata de um processo judicial, eles não são tecnicamente réus, o que não lhes dá direito ao silêncio. Segundo *O Estado*, Vera Paiva, filha do deputado, estava presente na cerimônia e afirmou em entrevista seu desejo de que "os operadores do direito façam sua parte e não deixem o crime impune". Em sua coluna pela *Folha* no dia 06/02/13, o jornalista Elio Gaspari ressaltou que a punição de militares não é a resposta correta para uma política de acobertamento de crimes levada a cabo pelo Estado. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o escritor Marcelo Rubens Paiva, filho de Rubens Paiva, afirmou que as revelações feitas pela Comissão Nacional da Verdade "não constituem nenhuma novidade" e que a principal conquista foi a "apresentação de documentos oficiais, com timbre do Exército, que comprovam o que já se sabia". Para Marcelo Paiva, o que mudará a partir de agora é saber os detalhes que envolveram a prisão e a morte do pai e o que acontecerá com os executores dele, além da revelação da cadeia de comando envolvida no episódio. Marcelo Paiva criticou duramente a Lei de Anistia (1979), a qual qualificou de antidemocrática, por causa do contexto histórico em que foi promulgada, ademais recordou que o Brasil é signatário de tratados internacionais que consideram a tortura como crime contra a humanidade e, portanto imprescritível. Para o escritor, "o debate no Supremo é político, não jurídico" e, por isso, foi vergonhoso o caso, que proporcionou inúmeras críticas por parte de organizações e organismos internacionais. Segundo Marcelo Paiva, agora ainda falta descobrir onde está o corpo do pai e punir os responsáveis. (*Correio Braziliense* – 05/02/12; *Folha de S. Paulo – Poder* – 04/02/13; *Folha de S. Paulo – Poder* – 06/02/13; *O Estado de S. Paulo – Nacional* – 05/02/13; *O Estado de S. Paulo – Nacional* – 06/02/13; *O Estado de S. Paulo – Nacional* – 08/02/13)

4- Jornal aponta divergências na Comissão da Verdade sobre forma de divulgação dos trabalhos

Conforme noticiado pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, os membros da Comissão Nacional da Verdade divergem sobre a forma de divulgação do trabalho realizado pelo grupo. Alguns dos membros defendem a divulgação

imediate e permanente dos documentos, com o intuito de contribuir para o debate acerca do regime militar (1964-1985) e de suas mazelas na sociedade. Por outro lado, outros membros preferem se concentrar no relatório final, focando nas contribuições deste para a sociedade. O *Estado* apontou que, para o público externo, as mudanças perceptíveis na Comissão decorrem do rodízio do cargo de coordenador do grupo, uma vez que, se ele defender a divulgação imediata dos documentos, as entrevistas e manifestações serão mais frequentes, e vice-versa. O atual coordenador e também ex-Procurador Geral da República, Claudio Fonteles, conforme *O Estado*, utilizou-se do cargo para promover debates políticos, estimular a formação de comissões paralelas, divulgar documentos e conclusões e criar um movimento de resistência às ideias autoritárias. Segundo o jornal, a partir do dia 15/02/13, seu sucessor, o sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro, mais próximo de atividades diplomáticas e conhecedor da atuação de comissões da verdade em outros países, deve colocar um ritmo diferente ao trabalho da Comissão. No mês de maio de 2013, a Comissão da Verdade completará um ano de funcionamento e divulgará o primeiro relatório de seus trabalhos. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/02/13)

5- Regime militar ordenara sigilo sobre casos de violação aos direitos humanos
Segundo publicação dos periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 04/02/13, a Comissão da Verdade divulgou que o governo militar ordenara que, a partir do ano de 1972, nenhum agente público do Brasil, mesmo que lotado no exterior, atendesse aos pedidos de esclarecimentos de organizações internacionais e nacionais acerca dos mortos e desaparecidos por consequência da repressão durante o regime militar (1964-1985). A determinação foi escrita pelo então presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, e foi assinada pelo secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, João Baptista de Oliveira Figueiredo. Segundo o jornal, o ato teria sido uma resposta às ações da Anistia Internacional, que denunciava e cobrava explicações sobre violações aos direitos humanos no país. O coordenador da Comissão, Cláudio Fonteles, explicou que o regime temia as repercussões que tais denúncias poderiam causar entre militares e policiais civis envolvidos diretamente com a repressão e, por isso, decidiu por fechar-se, adotando uma política de silêncio sobre os crimes que continuou durante o governo subsequente do general Ernesto Geisel. O mesmo documento produzido por Fonteles também versou sobre o sequestro e desaparecimento de Edmur Péricles Camargo, ocorrido em 1971, evidenciando a política de ocultação de crimes pelo regime, que contava inclusive com um plano de comunicação externo. No caso da apreensão de Camargo na Argentina, participaram Itamaraty e FAB, o que, segundo Fonteles, demonstraria a articulação entre diplomatas e adidos militares na manutenção da coesão da estrutura repressiva do período. (Correio Braziliense – 05/02/13; Folha de S. Paulo – Nacional – 05/02/13)

6- Militares brasileiros retornam à Antártica

Conforme noticiado pelo periódico *Correio Braziliense*, quase um ano após o incêndio que destruiu a estação brasileira Comandante Ferraz na Antártica, em

25/02/12, militares retornam ao continente. Em 12/01/13, foi concluído o processo de desmonte e retirada dos escombros da base anterior e, recentemente, os militares iniciaram a instalação dos módulos antárticos emergenciais (MAEs), que poderão abrigar de 10 a 15 homens durante o próximo inverno no continente. Para evitar a interrupção dos estudos científicos em andamento, a Marinha montou uma grande operação logística na Antártica: a Operação Antártica XXXI (Operantar XXXI), que conta com 190 militares e cinco embarcações — o navio polar Almirante Maximiano, o navio de apoio oceanográfico Ary Rongel e o navio de socorro submarino Felinto Perry, da Marinha; o navio de apoio logístico Ara San Blas, da Marinha Argentina; e o navio mercante Germania, fretado para apoiar o desmonte da Estação Comandante Ferraz e a instalação dos MAEs. A operação permitiu que cerca de 200 cientistas, revezando em grupos de 25, prosseguissem com as pesquisas e que o Programa Antártico Brasileiro (Proantar) não fosse interrompido. Os estudos foram realizados a bordo dos navios da Marinha e no módulo especializado Citosfera 1, licalizado em uma área mais profunda da Antártica, a 2,5 mil km da estação. Segundo o *Correio*, a nova instalação será construída no mesmo local da anterior, na Península Keller, porém, com uma área de 3 mil metros quadrados, e não de 2,6 mil, como era anteriormente. Com exceção dos tanques de combustível, que ficaram intactos, todas as edificações serão reconstruídas ou substituídas. O projeto da nova base será feito por meio de um concurso da Marinha em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). De acordo com o comandante da Marinha, Julio Soares de Moura Neto, a reconstrução deverá custar em torno de R\$ 100 milhões e será inspirada em uma estação recém construída pela Espanha, que custou cerca de R\$ 108 milhões. Além disso, a Marinha garante que o projeto terá a segurança como sua prioridade e que o projeto contará com um sistema para fuga em situações de emergência, segurança das operações de combate ao incêndio e minimização de danos. Devido ao período restrito de verão antártico, que dura cerca de 4 meses a partir de novembro de cada ano, a construção da nova estação deverá ser concluída entre 2014 e 2015. (*Correio Braziliense* – 05/02/13)

7- Serão investidos R\$ 40 milhões em defesa cibernética para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o Governo Federal vai investir R\$ 40 milhões em defesa cibernética para a Copa das Confederações, que ocorrem em junho de 2013, e para a Copa do Mundo, em 2014. Durante os eventos, 80 militares irão monitorar diretamente todos os sistemas oficiais referentes à Copa do Mundo, eles trabalharão juntamente com a Polícia Federal, o Ministério da Justiça, a Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel) e outras agências reguladoras. O responsável pela defesa cibernética é o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), coordenado pelo Exército brasileiro, na cidade de Brasília, e sob o comando do general José Carlos dos Santos. O objetivo será evitar ataques a sites oficiais e ao sistema de infraestrutura computadorizados. O treinamento se iniciou no fim de 2012, com troca de experiências entre representantes das Forças Armadas brasileiras e inglesas, estes últimos responsáveis pelas Olimpíadas de 2012. Entretanto, especialistas na área, como Marcelo Beltrão, professor de perícia digital da

Universidade Católica, acreditam que o projeto do Exército do Brasil é insuficiente para evitar ataques cibernéticos. Beltrão defendeu que operação deveria estar sob comando civil, e não militar, uma vez que “o Exército tem se preparado para ataques de outras nações. Nos grandes eventos, não teremos criminosos querendo atacar o Brasil como nação, mas empenhados em roubos de dados, principalmente dos turistas que utilizarão grandes redes de internet sem fio”. Para o professor da Universidade de Brasília (UnB), Jorge Herinque Fernandes, alguns tipos de ataques são inevitáveis e o que conta é a capacidade de gerenciamento destes. Já o professor João José Gondim, também da UnB, alertou que “às vezes, coisas completamente virtuais podem ter consequências reais”. (Correio Braziliense – Esportes – 08/02/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Supervisora, doutoranda em História); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).